

ENTRE 2000 E 2010, FORAM TRANSFERIDOS PARA O ESTRANGEIRO 147.083 MILHÕES € DE RENDIMENTOS, CAUSANDO A DESCAPITALIZAÇÃO DO PAÍS

RESUMO DESTE ESTUDO

Contrariamente ao que parece depreender-se do debate actual sobre o défice e o endividamento externo, em que o pensamento único dominante nos média pretende fazer crer que se resolve aumentando apenas as exportações, as causas deste problema não se limitam apenas ao elevado défice da Balança Comercial (bens). Para concluir basta ter presente o seguinte. Entre 2000 e 2010, o saldo negativo da Balança Comercial cresceu 9% enquanto o saldo negativo da Balança de Rendimentos aumentou 212%. Isto determinou que, em 2000, o saldo negativo da Balança de Rendimentos tenha representado 15,6% do saldo negativo da Balança Comercial, enquanto em 2010 já correspondia a 44,8%. Em milhões de euros, o crescimento, entre 2000 e 2010, no saldo negativo da Balança Comercial Portuguesa foi de 1.489 milhões €, enquanto no saldo negativo da Balança de Rendimentos Portuguesa atingiu 5.468 milhões €. Portanto, se a situação da Balança Comercial é insustentável, o ritmo de crescimento do saldo negativo da Balança de Rendimentos que se tem verificado nos últimos anos é ainda mais insustentável.

E este crescimento insustentável para o País do saldo negativo da sua Balança de Rendimentos deve-se às elevadas transferências feitas para o estrangeiro não só de lucros e dividendos, mas principalmente dos chamados de rendimentos de “investimentos de carteira”, que têm como objectivo principal, muitas deles, a especulação bolsista apropriando, assim, de uma fatia da riqueza criada em Portugal. Entre 2000 e 2010, foram transferidos para o estrangeiro rendimentos no montante de 147.083 milhões de euros, repartidos da seguinte forma: 2,2% - 3.266 milhões € - eram rendimentos de trabalho; 26,4% - 38.895 milhões € - tiveram como origem investimentos directos em empresas a operar em Portugal; 35,3% - 51.944 milhões € - resultaram de investimentos de carteira; e 36% - 52.977 milhões € - eram rendimentos de “Outros investimentos”; portanto, 71% dos rendimentos transferidos para o estrangeiro entre 2000 e 2010 – 104.921 milhões € -, resultaram de “investimentos de carteira e de “outros investimentos” que, na sua maioria, não criaram qualquer riqueza em Portugal, limitando a se apropriarem de riqueza interna criada por outros transferindo-a depois para o estrangeiro e, muitos deles, sem pagar qualquer imposto ao Estado porque estes rendimentos de não-residentes estão isentos de impostos. E todas estas transferências de rendimentos beneficiaram grandes grupos económicos e financeiros.

Entre 2000 e 2010, só os lucros e dividendos transferidos para o estrangeiro somaram 28.181 milhões €, o que não deixa de ser um valor impressionante. No entanto, durante o mesmo período, os rendimentos transferidos para o estrangeiro de “investimentos de carteira” atingiram 48.017 milhões € (apenas inclui algumas subrubricas, mas não todas), o que é um valor ainda mais chocante. Uma parte deste último valor são juros pagos pelo Estado e por empresas públicas.

Estas situações são a consequência de uma outra habitualmente ignorada, mas que os dados divulgados pelo Banco de Portugal, no seu Boletim Estatístico de Junho de 2010, também revelam com toda a clareza, que é a seguinte: em 2010, os investimentos directos do exterior em Portugal atingiam 82.503,6 milhões €, enquanto os “investimento de carteira”, mais ligados à especulação financeira, somavam 198.104,6 milhões €, portanto era mais do dobro (2,4 vezes mais) da totalidade do investimento directo estrangeiro em Portugal.

É importante também observar que, de acordo com o próprio Boletim Estatístico do Banco de Portugal de Junho de 2011, em 2010, os “investimentos de carteira” em “*off-shores*” atingiam 2.271,4 milhões €, fugindo assim ao pagamento de impostos em Portugal.

Ultimamente, devido à gravidade do défice externo, e do endividamento crescente do País que ele provoca, tem-se falado muito da necessidade de aumentar as exportações para o reduzir, criando-se assim a falsa ideia de que o problema reside apenas no défice da Balança Comercial (bens). No entanto, o problema não se limita apenas a esta balança, pois o défice da Balança de Rendimentos é tão ou ainda mais grave, porque, por um lado, está a provocar uma profunda descapitalização do País dificultando ainda mais o investimento produtivo, e, por outro lado, o défice desta balança está aumentando a uma ritmo várias vezes superior ao ritmo da Balança Comercial. E embora já tenhamos levantado a ponta do véu no estudo anterior, onde chamamos a atenção para a contribuição que tem dado as privatizações das empresas públicas levadas a cabo pelos sucessivos governos e também já por este para o agravamento do défice e do endividamento externo, neste estudo vamos analisar de uma forma mais completa essa questão, até para que se possa ficar com uma ideia clara da dimensão da gravidade deste problema.

ENTRE 2000 E 2010, O SALDO NEGATIVO DA BALANÇA COMERCIAL CRESCEU 9%, MAS O SALDO NEGATIVO DA BALANÇA DE RENDIMENTOS AUMENTOU 212%

Os dados do Banco de Portugal constantes do quadro 1 permitem que se fique com uma informação clara do problema e da sua gravidade.

Quadro 1- Variação do Saldo negativo da Balança Comercial e da Balança de Rendimentos de Portugal – Período 2000-2010

ANOS	SALDO BALANÇA COMERCIAL (Bens) Milhões €	SALDO BALANÇA RENDIMENTOS Milhões €	% Saldo Balança Rendimentos em relação Saldo Balança Comercial
2000	-16.461	-2.570	15,6%
2001	-16.833	-3.875	23,0%
2002	-14.796	-3.166	21,4%
2003	-13.636	-2.307	16,9%
2004	-16.337	-2.977	18,2%
2005	-18.376	-3.880	21,1%
2006	-18.682	-6.316	33,8%
2007	-19.333	-7.035	36,4%
2008	-23.145	-7.817	33,8%
2009	-17.950	-8.728	48,6%
2010	-17.950	-8.037	44,8%
2000-2010-%	9,0%	212,8%	186,8%
2010-00- M€	- 1.489	- 5.486	171,2 pontos percentuais

FONTE : Boletim Estatístico - Junho de 2011 - Banco de Portugal

Entre 2010 e 2011, o saldo negativo da Balança Comercial (bens) cresceu 9% enquanto o da Balança de Rendimentos aumentou 212%. Isto determinou que, em 2000, o saldo negativo da Balança de Rendimentos tenha representado 15,6% do saldo negativo da Balança Comercial, enquanto em 2010 já correspondeu 44,8% (em 2009, tinha atingido 48,6%). Em milhões de euros, o crescimento, entre 2000 e 2010, no saldo negativo da Balança Comercial Portuguesa foi de 1.489 milhões €, e o saldo negativo da Balança de Rendimentos Portuguesa atingiu 5.468 milhões €.

APENAS 26,4% DOS RENDIMENTOS TRANSFERIDOS PARA O ESTRANGEIRO TÊM COMO ORIGEM INVESTIMENTOS DIRECTOS EM PORTUGAL

Embora os rendimentos transferidos para o estrangeiro de investimentos directos em Portugal, constituam uma fatia importante das transferências para o exterior, contribuído para o agravamento do saldo negativo da Balança de Rendimentos, no entanto ele não constitui a componente mais importante como revelam os dados do quadro 2, também do Banco de Portugal.

Quadro 2 – Estrutura das transferências para o estrangeiro da Balança de Rendimentos de Portugal – Período: 2000/2010

ANOS	DE TRABALHO - Rendimentos transferido para o estrangeiro Milhões €	DE INVESTIMENTO DIRECTO - Rendimentos transferido para o estrangeiro Milhões €	DE INVESTIMENTO DE CARTEIRA - Rendimentos transferido para o estrangeiro Milhões €	DE OUTROS INVESTIMENTOS - Rendimentos transferido para o estrangeiro Milhões €	TOTAL DOS RENDIMENTOS TRANSFERIDOS PARA O ESTRANGEIRO Milhões €
2000	221	1.857	2.286	3.437	7.801
2001	280	2.156	2.593	5.178	10.206
2002	272	1.126	2.908	4.078	8.385
2003	229	1.882	2.629	3.445	8.184
2004	303	2.336	3.038	3.786	9.463
2005	350	3.488	3.337	4.201	11.377
2006	354	4.942	5.559	6.279	17.134
2007	252	4.608	6.391	8.291	19.541
2008	266	4.017	7.586	8.402	20.270
2009	370	5.778	7.680	3.186	17.015
2010	371	6.706	7.936	2.694	17.707
2000-2010	67,7%	261,2%	247,2%	-21,6%	127,0%
2005-2010 (a)	1.962	29.539	38.490	33.053	103.044
2000-2010 (b)	3.266	38.895	51.944	52.977	147.083
(a):(b)	60,1%	75,9%	74,1%	62,4%	70,0%
% do TOTAL	2,2%	26,4%	35,3%	36,0%	100,0%

FONTE : Boletim Estatístico - Junho de 2011 - Banco de Portugal

Entre 2000 e 2010, foram transferidos para o estrangeiro rendimentos no montante de 147.083 milhões de euros, sendo 70% no período 2005-2010, repartidos da seguinte forma: 2,2% - 3.266 milhões € - eram rendimentos de trabalho; 26,4% - 38.895 milhões € - tiveram como origem investimentos directos em empresas a operar em Portugal; 35,3% - 51.944 milhões € - resultaram de investimentos de carteira; e 36% - 52.977 milhões € - eram rendimentos de “Outros investimentos”; em palavras mais claras, 71% dos rendimentos transferidos para o estrangeiro entre 2000 e 2010 – 104.921 milhões €-, os “investimentos de carteira e os “outros investimentos”, foram investimentos que, na sua maioria não criaram qualquer riqueza em Portugal, limitando a se apropriarem de riqueza interna criada por outros transferindo-a para o estrangeiro, neles até existem investimentos especulativos. Esta situação é consequência de uma outra muitas vezes ignorada mas que os dados divulgados pelo Banco de Portugal, no seu Boletim Estatístico de Junho de 2010, revela com toda a clareza: em 2010, investimentos directos do exterior em Portugal atingiam 82.503,6 milhões €, enquanto os “investimento de carteira”, mais ligados à especulação financeira, alcançavam 198.104,6 milhões €, portanto era muito mais do dobro (2,4 vezes mais) da totalidade do investimento directo estrangeiro em Portugal.

OS LUCROS E DIVIDENDOS TRANSFERIDOS PARA O ESTRANGEIRO CONSTITUI UMA FATIA IMPORTANTE, EMBORA A MAIORIA SEJA DE INVESTIMENTOS DE CARTEIRA

É corrente a afirmação de que é importante atrair capitais estrangeiros. Muitos apresentam essa solução como a medida mais adequada para resolver o problema do reduzido investimento em Portugal e da falta de crescimento. Passos Coelho foi iludido ou procurou iludir quando afirmou na Assembleia da República que as privatizações das empresas públicas eram importantes para atrair investimento estrangeiro, o que pressupunha que essas empresas seriam entregues a grupos económicos estrangeiros. No entanto, a situação é muito mais complexa como revelam os dados do Banco de Portugal constantes do quadro 3 que incluem apenas os valores de algumas das subrubricas das rubricas dos rendimentos de investimentos directos e de investimento de carteira (desagregou-se as rubricas em subrubricas, e considerou-se apenas algumas para se poder ter uma informação mais desagregada), e é por essa razão que os totais são diferentes.

Quadro 3 – Dividendos, lucros, e outros rendimentos transferidos para o estrangeiro, no período 2000-2010 (os dados deste quadro incluem apenas algumas subrubricas dos do quadro 2)

ANOS	RENDIMENTOS DE INVESTIMENTO DIRECTO – Só de dividendos e lucros transferidos para o estrangeiro Milhões €	RENDIMENTOS DE INVESTIMENTO DE CARTEIRA- Só de acções e outras participações - Rendimentos transferidos para o estrangeiro Milhões €	RENDIMENTOS DE INVESTIMENTO DE CARTEIRA – Só de títulos de dívida - Obrigações e outros títulos de dívida de longo prazo - Rendimentos transferidos para o estrangeiro Milhões €
2000	998	399	1.761
2001	1.245	492	1.995
2002	1.506	380	2.371
2003	1.361	507	1.950
2004	1.750	697	2.089
2005	2.701	1.018	1.974
2006	2.594	1.566	3.545
2006	3.489	1.793	4.011
2008	2.929	1.872	4.905
2009	4.401	1.870	5.262
2010	5.208	2.121	5.440
2000-2010	421,7%	431,7%	208,9%
2005-2010 (a)	21.321	10.239	25.136
2000-2010 (b)	28.181	12.714	35.303
(a) : (b)	75,7%	80,5%	71,2%

FONTE : Boletim Estatístico - Junho de 2011 - Banco de Portugal

Entre 2000 e 2010, só os lucros e dividendos, que não constituem a totalidade dos rendimentos do investimento directo estrangeiro no País, transferidos para o estrangeiro somaram 28.181 milhões €, o que não deixa de ser um valor impressionante. No entanto, durante o mesmo período, os rendimentos transferidos para o estrangeiro de “investimentos de carteira”, e só os referidos no quadro anterior que também não são a totalidade, atingiram 48.017 milhões €, o que é um valor ainda mais chocante. E uma parcela deste último valor são juros pagos pelo Estado e por empresas públicas.

No entanto, a transferência de 28.181 milhões € de lucros e dividendos não traduz de uma forma completa a totalidade dos efeitos do investimento estrangeiro. Para concluir isso, atente-se ao seguinte modelo matemático que se encontra no livro de Dunning e Lundan “Multinational Enterprises and the Global Economy, que procura clarificar os efeitos do investimento estrangeiro a nível da Balança de Pagamentos, e que é o seguinte: $Bd = ((X+K)-(Ck+Cr+R+D))$, em que **Bd** é o saldo (positivo ou negativo) da Conta da balança de Pagamentos da filial; **X** o valor das exportações da filial; **K** o valor das entradas de capital; **Ck** valor dos bens de investimento importados; **Cr** o valor de mercadorias correntes importadas; **R** “royalties” e custos de gestão transferidos para o estrangeiro; **D** dividendos mais juros transferidos para o estrangeiro.

Portanto, para se poder avaliar só os efeitos do investimento estrangeiro a nível da Balança de Pagamentos tem-se de ter em conta, pelos menos, todas aquelas variáveis (exportações; entradas de capital; investimentos importados; consumos intermédios importados; custos de gestão transferidos para o estrangeiro; etc., etc.). Não é suficiente limitar a análise, como habitualmente se faz em Portugal, ao valor das exportações. Por ex., no caso da Autoeuropa, basta recordar que começou por ter uma incorporação nacional de 45%, e que depois foi gradualmente reduzida pela direcção do grupo Volkswagen, a quem empresa pertence, para cerca de 20%, sendo substituída por componentes produzidas em empresas localizadas em outros países do grupo, importações estas que contribuíram para agravar o défice da Balança Comercial, e levando ao fecho de várias empresas portuguesas que funcionavam no chamado “parque” e que eram fornecedores importantes da Autoeuropa. Outro exemplo que também merece atenção e estudo é o caso da Quimonda, que recebeu importante fundos comunitários do Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE), que contribuía com cerca de 1,2% das exportações portuguesas com produtos de alta intensidade tecnológica e que, com a crise de 2008, acabou por desaparecer lançando no desemprego mais de 1000 trabalhadores, com efeitos devastadores na economia da região onde operava e também a nível nacional (por ex., a diminuição verificada na percentagem que os produtos de alta intensidade tecnológica representam nas exportações portuguesas verificada nos últimos anos também se deve ao fecho desta empresa), mostrando bem o outro lado do investimento estrangeiro que é habitualmente ignorado ou mesmo intencionalmente omitido.

Num estudo realizado pelos mesmos autores - Dunning e Lundan- utilizando o modelo matemático referido anteriormente, concluíram que “*excepto num país (Kenya), as filiais de multinacionais provocaram um saldo negativo líquido (défice) nas suas transacções externas (como uma percentagem das suas vendas líquidas) compreendido entre -55% para o Irão e -11,7% para a Índia*”. E este estudo foi realizado em 1997, com o objectivo de avaliar as consequências na Balança de Pagamentos dos países de localização de filiais de empresas estrangeiras, teve como base dados de 159 Multinacionais de seis países desenvolvidos com investimentos realizados entre 1970 e 1973.

Em Portugal, um estudo desta natureza nunca foi feito, e seria importante realizá-lo porque certamente as conclusões surpreenderiam muita gente, incluindo economistas do sistema que, acriticamente, não se cansam de defender que se atraia capital estrangeiro a qualquer preço.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
8.7.2011